

CAPTANDO O ESTADO DO MUNDO: CIDADANIA, EDUCAÇÃO E A IMPORTÂNCIA DA CONSCIENTIZAÇÃO NO ENSINO DE GEOPOLÍTICA NA ESCOLA

Capturing the state of the world: Citizenship, education and the importance of consciousness in teaching geopolitics at school

Gustavo Glodes Blum

Doutor em Geografia pelo Instituto de Geociências da Unicamp, Brasil

gblum@unicamp.br

Maria Júlia Buck Rossetto

Doutoranda em Educação pela Faculdade de Educação da Unicamp, Brasil

emaildoautor@pucminas.br

Recebido: 17/06/2026

Aceito: 20/08/2026

Resumo

O ensino de geopolítica na escola constitui-se como um pilar fundamental para a conscientização e o consequente desenvolvimento da criticidade e da cidadania ativa. Ultrapassando perigosos reducionismos e esvaziamentos, o objetivo central deste artigo é discutir e fomentar perspectivas didáticas que incentivem práxis educacionais voltadas à formação cidadã. Neste sentido, apresenta-se uma proposta de ação pedagógica que vai além do conteudismo, uma vez que propõe aos estudantes o desenvolvimento da capacidade de pensar geopoliticamente a partir da concepção de território. Para tanto, adota-se uma revisão sistemática de bibliografia que tem como intuito entrelaçar conceitos que traduzem a relevância da conscientização no debate geopolítico na escola e conduzem a abordagem tendo como principal orientação a formação para uma cidadania transescalar. Desse modo, pretende-se apresentar potenciais linhas interpretativas e de ensino de geopolítica que integrem visões, narrativas, perspectivas e interpretações que culminam na formação crítica, consciente e autônoma dos estudantes.

Palavras-chave: Conscientização; Ensino; Geopolítica; Política Internacional.

Abstract

The teaching of geopolitics in schools is a fundamental pillar for raising consciousness and consequently developing critical thinking and active citizenship. Going beyond dangerous reductionism and emptiness, the central aim of this article is to discuss and promote didactic perspectives that encourage educational praxis focused on civic formation. In this sense, we present a proposal for pedagogical action that goes beyond content-based teaching, as it encourages students to develop the ability to think geopolitically based on the concept of territory. To this end, a systematic review of the literature is adopted, which aims to intertwine concepts that reflect the relevance of consciousness in the geopolitical debate in schools and guide the approach, with the main orientation being the formation of trans-scalar citizenship. In this way, the aim is to present potential lines of interpretation and teaching of geopolitics that integrate visions, narratives, perspectives, and

interpretations that culminate in the critical, conscious, and autonomous education of students.

Keywords: Consciousness; Teaching; Geopolitics; Internacional Politics.

1. INTRODUÇÃO

Ao longo das últimas décadas, importantes mudanças no funcionamento do sistema internacional vêm fundamentando um argumento acadêmico e político a respeito de renovadas tensões políticas, econômicas e estratégicas no cenário internacional. Discussões relativas à soberania estatal em sua relação com diferentes territórios assumiram, a partir de 2008, uma conotação diferente daquela do período da globalização neoliberal institucionalizada, durante a qual a adaptação ao mercado global e o devido funcionamento econômico fundamentaram a expansão da lógica neoliberal ao redor do mundo (Becker, 2012; Hardt; Negri, 2001). Já na segunda metade da década de 2010, inicialmente como consequência de revoluções e de discussões a respeito de direitos de cidadania atrelados ao território, esta tendência foi se tornando cada vez mais forte.

A anexação russa da península da Crimeia em 2014 foi seguida pela saída do Reino Unido da União Europeia e pela eleição de Donald John Trump ao seu primeiro mandato como presidente dos Estados Unidos da América, entre 2017 e 2021. A primeira representou um importante momento em que uma potência nuclear ocupava militarmente um vasto território de outro Estado com a argumentação de salvaguardar seus interesses e direitos de segurança nacional (Blank; Kim, 2015; Pecequillo; Luque, 2016), enquanto os dois outros movimentos políticos representaram uma quebra na lógica de integração aberta ao sistema internacional. Durante o *Brexit*, uma série de argumentos foram mobilizados para “retomar o controle” de maneira nacional a respeito do funcionamento da economia e da sociedade britânica, que agora sofre com as graves consequências deste movimento (Cox, 2017; McEwen, 2022; Smith, 2019).

Por sua vez, a primeira eleição de Donald Trump colocou em movimento uma perspectiva de política externa mais escalatória e que, em seu segundo mandato, se materializou em práticas de intervenção militar e pressão econômica para obtenção de territórios ou de garantia de funcionamento da economia por meio da “paz pela força” (Mariano; Mattos; Sugahara, 2019; Pecequillo, 2017). A recente decisão pela utilização da força para remoção do líder venezuelano Nicolás Maduro, no início de 2026, se somou a projetos importantes de criação de uma lógica de funcionamento dos territórios próximos aos Estados Unidos com foco na exclusão da participação de potências extrarregionais e

propostas que abrem precedentes importantes para o funcionamento da geopolítica global, como a compra da Groenlândia (Braun, 2026; Sexton, 2026).

Estes poucos exemplos – aos quais devem ser somados o genocídio em Gaza praticado pelo governo de Benjamin Netanyahu em Israel e conflitos como aquele no Sudão – podem iluminar um novo desafio na compreensão da geopolítica e sua função na formação escolar. Academicamente, há ao menos desde o fim da década de 2010 uma discussão a respeito daquilo que alguns autores chamam de “retorno da geopolítica”, o que envolveria uma renovada predileção das grandes potências pelo uso da força militar e econômica como instrumentos preferenciais de política externa (Guzzini, 2021; Morgado, 2023). Esta discussão, deve-se frisar, advém de uma visão euro-anglocentrada e construída a partir de lugares em que a guerra não era fato cotidiano ou corriqueiro até bater às portas dos grandes espaços centrais da economia global (Butler, 2015; Gielow, 2023; Moniz Bandeira, 2017).

Por este motivo, aqui, pretendemos contribuir na reflexão a respeito da dimensão escolar do ensino em geopolítica, geralmente privilegiado no âmbito de ensino universitário de Geografia mas que carece de um esforço de transposição didática para além do ensino de “atualidades”. A geopolítica é um importante componente curricular do Ensino Básico em suas diferentes fases (Teixeira; Silva, 2015). Porém, o salto entre a sua discussão acadêmica e o seu aproveitamento enquanto tópico de ensino em sala de aula vem recebendo pouca atenção. Assim, por meio da exploração dos recentes desafios colocados pelas mudanças globais recentes das últimas décadas, aponta-se para algumas possibilidades de compreensão da relação entre educação e geopolítica, considerando-as importantes mecanismos de sensibilização cidadã que se desenvolvem com relação a processos em diferentes escalas.

A escola possui suma importância social na construção do conhecimento, constituindo enorme relevância no desenvolvimento de ações críticas e formação dos sujeitos. Logo, é necessário que a autonomia seja gerada em sala de aula para que o estudante tenha autonomia de pensar. Entre os pensamentos, estabelecem-se relações entre os conhecimentos, os saberes e os saberes científicos, mediados por valores culturais e por outros conhecimentos anteriormente construídos. Assim, a sala de aula torna-se local da pergunta, do barulho, das ideias, do debate e principalmente, do diálogo.

Através desta perspectiva, a Geografia é poderosa e necessária para a formação cidadã, sendo pilar essencial para articulação de relações existentes entre os locais em suas diferentes escalas e dimensões. Por meio deste reconhecimento, o raciocínio

geográfico é original ao propor ao estudante a construção de argumentos em prol de uma justiça social, baseado na compreensão de realidade e de vivências espaciais dialogadas entre as trajetórias dos estudantes. É imprescindível que o educando, enquanto cidadão, compreenda o mundo que o cerca, enxergando-o sob diversos ângulos, com a capacidade crítica de entendimento, para que este possa também contribuir para a construção e intervenção do espaço em seu tempo. Nesse contexto, a “possibilidade desse cruzamento entre geografia e educação torna-se sobremodo importante num mundo em crise, crise expressa, entre outros modos, nas concretudes do espaço vivido através dos quais as relações sociais se geografizam” (Rego; Suertegaray; Heidrich, 2000, p. 8).

É necessário instigarmos a participação do estudante ativa e afetivamente, para que haja a apropriação de valores, crenças, conhecimentos acadêmicos e referenciais sociais e históricos. Uma relação significativa tanto para si como para o outro, tornando responsável pela transformação da realidade em que está inserido. Além disso, é importante ressaltar que existem momentos em que o ensino-aprendizagem acontece em “mão-dupla” através do diálogo aberto, identificando problemas, levantando hipóteses, analisando e sintetizando ideias, descobrindo e estabelecendo relações, transcendendo ao aqui e agora, vivenciando valores e crenças que promovem a vida. A construção da prática pedagógica deve conduzir o aluno ao reconhecimento da sua realidade local, ao mesmo tempo em que relaciona o seu lugar com o contexto global social, ampliando a capacidade cognitiva dos estudantes, como também de seu repertório conceitual e de sua capacidade de articular informações e conhecimentos. Temos então que,

A referência teórica é buscada tanto na geografia – a qual considera que o espaço é socialmente construído pelo trabalho e pelas formas de vida dos homens – como na Pedagogia – a qual considera que a aprendizagem é social e acontece na interlocução dos sujeitos (estejam eles presentes fisicamente, ocupando um espaço próximo, estejam eles distantes, mantendo contatos virtuais, ou sob a hegemonia de determinada condução política, econômica) (Callai, 2005, p. 230).

Com o intuito de discutirmos as relações entre a escola, o ensino de Geografia e a geopolítica, dividimos a discussão aqui apresentada em quatro partes, além desta Introdução inicial. Em primeiro lugar, debatemos quais são as potencialidades do ensino de geopolítica para a formação cidadã dos educandos. Considerando-se discussões que têm sido feitas desde há tempos, assim como a função política do ensino de Geografia em geral e da geopolítica em específico, buscamos enfatizar o valor de um ensino de geopolítica comprometido com a crítica e a formação cidadã. Ele se opõe a experiências históricas e práticas atuais que replicam, no ensino de temas afetos à geopolítica, teorias

militaristas de poder, que não se configuram enquanto um mecanismo de conscientização dos sujeitos e da formação de uma sensibilização cidadã transescalar.

A seguir, buscamos compreender a novidade no entorno deste chamado “retorno da geopolítica” ao debate público. Considerando que o interesse do alunado move-se, também, em razão da possibilidade de compreender questões teóricas a partir de sua experiência cotidiana, buscamos explorar de que forma as profundas mudanças no contexto global presenciadas atualmente disseminam com maior facilidade termos e conceitos geopolíticos no cotidiano. As transformações ocorridas no Sistema Internacional recentemente, é importante dizer, ocorrem no entorno de alguns eixos que nunca deixaram de existir, como a territorialidade do Estado moderno e práticas de governo das relações internacionais por meio de intervenções territoriais. Como se verá, porém, é a alteração dos instrumentos e mecanismos de poder para alcançar estes objetivos que vêm causando uma importante alteração na percepção a respeito da “geopolítica global” ao longo da última década.

Por fim, e de forma a contribuir com o ensino da geopolítica em sala de aula tendo como objetivo a formação cidadã por meio da conscientização do atual estado do mundo, enfatizamos a funcionalidade do debate a respeito dos territórios como forma interseccional de compreensão sobre a geopolítica. Os processos de alteração da lógica do internacional representam mudanças nas relações de poder e na sua relação com o espaço que podem ser explicados em sala de aula por meio de instrumentos teórico-metodológicos da ciência geográfica. Elementos relevantes da teoria do território, portanto, aparecem enquanto possível cabedal a ser utilizado nestas situações.

Este trabalho é resultado de uma pesquisa construída tendo como base metodológica a revisão sistemática de literatura, que busca levantar quais são as principais fontes de literatura – acadêmica e não-acadêmica – que permitem questionar o ensino de geopolítica e apontar possibilidades para a sala de aula. Neste sentido, ela se difere da revisão de literatura em sentido amplo, que não se compromete a atender apenas um interesse, e enquanto um trabalho inicial e exploratório sobre um tema pouco explorado, pode se beneficiar desta metodologia (Ermel *et al.*, 2021). Espera-se, por meio deste trabalho, dar início a um amplo diálogo que reúna contribuições a partir da Geografia e da Educação para a discussão a respeito de temas de geopolítica em sala de aula, assim como na formação de cidadãos conscientes e sensibilizados ao impacto de questões internacionais no seu cotidiano e nas dinâmicas globais de poder.

2. A CONSCIENTIZAÇÃO COMO PILAR DA CRITICIDADE E PROTAGONISTA NO COMBATE CONTRA A PASSIVIDADE

Através da perspectiva freiriana, traçar o diálogo entre a prática pedagógica e o ensino de Geografia é essencial para construção de pontes que ampliem o diálogo educacional. Para Sacramento (2010), organizar os saberes geográficos e articulá-los com saberes pedagógicos amplifica a autonomia e as ações dos estudantes, assim como a construção dos saberes escolares; são nestas inter-relações que a perspectiva de ensino e aprendizagem geográfica é concretizada.

Uma prática educativa autônoma não deve se contentar com o senso comum, bem como não deve desconsiderar a experiência prévia e a consequente sistematização dos estudantes. Logo, é necessário partir do nível que os educandos se encontram, e não o professor (Freire, 2011), superando o falso discurso do estudante enquanto uma “tábula rasa”, uma “folha em branco”, pronta para ser completada através da mera transmissão de conteúdos, neste sentido, o objetivo é assumir a ingenuidade do educando, o que ele sabe e concebe do mundo para que juntos superem muitas dessas visões e construam conhecimentos científicos (Suess; Leite, 2017; Freire, 2011).

Neste sentido, devemos reacender a humanidade, a incompletude e a vocação do ser mais, inerente ao desenvolvimento dos seres humanos e, necessariamente, dos educandos no decorrer das relações de ensino-aprendizagem. Então, “o ser humano enquanto um ser finito, limitado, inconcluso, mas consciente de sua inconclusão é ser ininterruptamente em busca, naturalmente em processo” (Freire, 2019, p. 18). Essa vocação se confronta com o desafio da desumanização, imposto pelas lógicas reducionistas, utilitaristas e de uma educação bancária (Freire, 2013).

A visão tecnicista da educação, que a reduz a técnica pura, mais ainda, neutra, trabalha no sentido do treinamento instrumental do educando, considera que já não há antagonismo nos interesses, que está tudo mais ou menos igual. Para ela, o que importa mesmo é o treinamento puramente técnico, a padronização de conteúdos, a transmissão de uma bem-comportada sabedoria de resultados (Freire, 2015, p. 79).

Dessa forma, a Geografia e o consequente ensino de geopolítica não pode sufocar a curiosidade, ou castrar a liberdade e a capacidade dos educandos como forma de favorecer uma memorização mecânica de conteúdos, que meramente reproduz discursos rasos e tende a domesticar os sujeitos da escola, ampliando silenciamentos e esvaziando a criticidade.

A partir destes pressupostos, a prática pedagógica deve englobar um conjunto de fatores que se relacionam com vários componentes sociais, culturais e educacionais. Ela deve envolver processos, técnicas, fins, expectativas, desejos e frustrações, acolhendo as contradições e tensões inerentes às relações entre teoria e prática (Freire, 2011).

Assumindo os sujeitos como autônomos e conscientes de sua incompletude, é necessário ressaltar nos estudantes a vocação ontológica do ser mais, evidenciando a consciência do inacabamento e a conseqüente educação permanente, inerente a todo o processo de desenvolvimento e crescimento dos indivíduos. Logo, pode-se considerar que os sujeitos são humanos porque estão situados, pois “quanto mais refletem de maneira crítica sobre sua existência, e mais atuarem sobre ela, serão mais sujeitos” (Freire, 2018, p. 33). Ser consciente é uma atitude crítica dos indivíduos frente e com a história, e esse processo não terminará jamais. Então,

O homem chega a ser sujeito por uma reflexão sobre sua situação, sobre seu ambiente concreto. (...) Quanto mais refletir sobre a realidade, sobre sua situação concreta, mais emerge, plenamente consciente, comprometido, pronto a intervir na realidade para mudá-la (...). Uma educação que procura desenvolver a tomada de consciência e a atitude crítica, graças à qual o homem escolhe e decide, liberta-o em lugar de submetê-lo (Freire, 2018, p. 35).

Através do processo ativo de reflexão, o sujeito integrado ao seu contexto se compromete a construí-lo e transformá-lo de maneira crítica. Ao descobrir que não é somente observador da realidade, mas que está e se mantém com ela, o indivíduo é capaz de reconhecer que “não vive num eterno presente, e sim um tempo feito de ontem, de hoje e de amanhã” (Freire, 2018, p. 36). Neste sentido, o ensino de geopolítica deve estar voltado à integração de perspectivas, realidades e tempos-espacos, de forma que os estudantes estejam imersos na complexidade dos fatos e nas correlações entre os acontecimentos.

Promover a autonomia dos estudantes é essencial para que eles tomem consciência de si, de sua espacialidade e de sua historicidade: através disso é que podem se tornar sujeitos, rompendo qualquer possibilidade de passividade. Reafirmando Freire (2018, p. 26), “a conscientização implica, pois, que ultrapassemos a esfera espontânea da apreensão da realidade para chegarmos a uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objeto cognoscível e na qual o homem assume uma posição epistemológica”. Reafirma-se que

Uma das características do homem é que somente ele é homem. Somente ele é capaz de tomar distância frente ao mundo. Somente o homem pode distanciar-se do objeto para admirá-lo. Objetivando ou admirando - admirar se toma aqui no sentido filosófico - os homens são capazes de agir conscientemente sobre a realidade objetivada. É precisamente isto, a ‘práxis humana’, a unidade

indissolúvel entre minha ação e minha reflexão sobre o mundo (Freire, 2018, pp. 25-26).

A partir disso, é possível construir a denúncia contra a dominação para anunciar possibilidades de libertação. A respiração crítica inerente à conscientização frente à educação e a sociedade transpassam eventuais prescrições pedagógicas. Consciente, o processo de ensino-aprendizagem jamais será neutro, sendo político e coletivo a partir do momento em que se reconhece o inacabamento e a autonomia daqueles que o compõem. Logo, a práxis pedagógica do ensino de geopolítica deve ser concretizada de maneira crítica, fugindo de replicações de teorias militaristas de poder ou do reducionismo perigoso atrelado a situações pontuais, sendo um mecanismo de conscientização dos sujeitos e da formação de uma sensibilização cidadã transescalar.

Na conscientização, é necessário provocar o reconhecimento do mundo, não como algo “dado”, mas como um mundo dinamicamente “dando-se” (Freire, 2014). Diante da realidade é necessário assumir uma atitude comprometida em reconhecer que o conhecimento é um processo que implica na ação-reflexão dos sujeitos sobre e com o mundo em que vive. Como um teste de realidade, a conscientização penetra na essência dos fenômenos e objetivos, frente a qual é possível os analisar.

3. A VOLTA DOS QUE NUNCA FORAM: TERRITORIALIDADE DO ESTADO E GEOPOLÍTICA DE VOLTA AO DEBATE PÚBLICO

Ao menos desde a invasão russa ao território ucraniano, em 2022, há uma importante retomada na discussão pública a respeito da geopolítica. Seja por meio de publicações que enfatizam o regresso da guerra e a retomada de tensões globais (Morgado, 2023), seja em razão de publicações da mídia de massa ou especializada (The Economist, 2022), cresce o uso e o interesse no entorno da relação entre a geopolítica e a política internacional. Em que pese a sequência de conflitos internacionais que marcaram o início do século XXI (Vaïsse, 2020), uma conjunção de diferentes fatores parece ter renovado o interesse nesta discussão como chave interpretativa importante das mudanças recentemente ocorridas no sistema internacional.

Esta interpretação pode ocorrer de diferentes formas. Analisando as publicações do jornal estadunidense *The New York Times*, Gerard e Derya Eroglu (2025) identificaram três principais tipos de uso do termo “geopolítica”. Analisando matérias jornalísticas que

datam sobretudo a partir de 1939,¹ os autores identificaram três tipos principais de instrumentalização do termo.

Em terceiro lugar, representando 29% dos artigos analisados, aparecem preocupações no entorno de potências rivais aos Estados Unidos e aos seus aliados, assim como a disputa no entorno do acesso a recursos (sobretudo energéticos), o que representa um componente também geoeconômico. Já em segundo lugar, somando 30% dos artigos, emergem questões relacionadas a questões de cultura e literatura, tanto na forma de mídias de massa quanto em termos de livros e memórias publicadas por grandes estadistas e repercutidas no jornal; e, por fim. Por fim, representando a maior preocupação que consta em 41% dos artigos analisados, surge a preocupação com a “influência dos EUA na política global e em assuntos militares, assim como as ações e políticas de seu governo e figuras políticas”.² Este tópico preponderante reúne temas como “poder político, competição econômica, entendimento cultural e interpretação literária”³ para dar sentido à constituição do poder estadunidense no mundo (Toal; Eroglu, 2025, p. 1190-1191).

Ao que Toal e Eroglu (2025) chamam de “muitas vidas semânticas da geopolítica”, Pedro de Pezarat Correia (2012) chama de “derivação semântica” do termo. Para Correia (2012), há uma tendência, ao menos desde os anos 1970, de fazer confluir no termo geopolítica um rol de temas que inicialmente não concernem a discussão deste campo discursivo.

O termo emergiu com o trabalho de Rudolf Kjellén (1864-1922), para quem a geopolítica seria uma das diferentes facetas de atuação do Estado. A unicidade territorial, para este autor conservador, era um dos elementos centrais de preocupação para as autoridades governamentais, e deveria ser ativamente buscada ao custo de enfraquecimento do Estado perante sua população e potenciais rivais externos (Holdar, 1992; Lundén, 2022). Foi a partir da Escola de Munique, ou seja, no entorno dos trabalhos desenvolvidos pela equipe de Karl Haushofer (1869-1946) no período entreguerras que o termo “geopolítica” começou a se vincular com a segunda questão colocada por Kjellén e,

¹ Os autores chegam a citar publicações de 1903, em meio às ações do governo federal dos Estados Unidos na América Latina, relacionadas à ideia de poder do país. Ainda assim, a retomada constante do termo ocorre apenas a partir de 1939, com a eclosão da Segunda Guerra Mundial (cf. Toal; Eroglu, 2025).

² Tradução livre. No original, “*This theme appears to be concerned with the U.S.’s influence in global politics and military affairs, as well as the actions and policies of its government and political figures*”.

³ Tradução livre. No original, “*These themes provide a suggestive picture of the discourse around geopolitics within the corpus. They underscore the interconnectedness of political power, economic competition, cultural understanding, and literary interpretation in the understanding of geopolitics as a field of discourse*”.

portanto, começar a significar explicitamente a preocupação dos fundamentos geográficos da política externa e da competição por recursos de poder (Haushofer, 2012 [1927]).

É este sentido que, para Correia (2012) foi recuperado a partir dos anos 1970 com os trabalhos e a atuação prática de Henry Kissinger e outros estadistas e acadêmicos. O autor identifica quatro grandes tendências para pensar esta derivação, ligadas de uma forma ou outra aos seus campos de aplicação acadêmica ou pragmática. A primeira, para Correia,

(...) corresponde à sua utilização no quadro do sistema das relações internacionais, a propósito das disputas, rivalidades e ruturas, das alianças, alinhamentos e parcerias, da correlação de forças e do jogo diplomático entre Estados (Correia, 2012, p. 239).

Neste sentido, a geopolítica estaria mais próxima de uma compreensão das diferentes dinâmicas que regem a política internacional. Esta, como demonstram Karen Mingst e Ivan Arreguín-Toft (2014), se preocupa com o conjunto “das interações entre os vários atores que participam da política internacional, incluindo Estados, organizações internacionais, organizações não-governamentais, entidades subnacionais (...) e indivíduos”, constituindo-se como “o estudo dos comportamentos desses atores em sua participação, individual ou coletiva, dos processos políticos internacionais” (p. 2). A geopolítica, nesse sentido, aparece enquanto uma forma de coligar fatores materiais e geográficos enquanto método explicativo para as interações na política internacional.

A segunda tendência identificada por Correia (2012) traz uma referência mais explícita ao campo específico de análise da geografia política, pois analisar “a repartição geográfica do poder, a sua representação cartográfica, o traçado e o mosaico das fronteiras, a hierarquização, agrupamento e compartimentalização das soberanias e das autonomias” (p. 239). Aqui, a preocupação central é a compreensão de como se dá a política real na constituição de diferentes formas de limitação – espacial e simbólica – da própria existência de indivíduos e comunidades por meio da instituição de territórios em diferentes escalas. Ainda que apareça geralmente o Estado como o principal agente limitador, construções sociais mais amplas podem ser consideradas como o capitalismo, o patriarcado e outras estruturas de poder (Walsh, 2004; Marchese, 2019; Zaragocin, 2020).

Uma outra tendência identificada por Correia (2012) é aquela que busca compreender quais são as estratégias adotadas por diferentes países numa lógica de competição e conflitualidade. Nesse sentido, se interessa sobretudo sobre “as opções das grandes potências que dominam a cena internacional, dos principais centros de decisões mundiais, entendendo o prefixo geo num sentido de ‘terra à dimensão planetária’ e não no

sentido de ‘terra elemento da natureza’” (Correia, 2012, p. 139). Trata-se, portanto, de uma postura analítica que busca identificar nas intenções e interesses de países relevantes no cenário internacional as bases de sua estratégia global de poder, o que permite hierarquizar alianças e parceiros, assim como mobilizar recursos para atuação em escala global. Nesse sentido, a geopolítica é o estudo destes interesses e de sua aplicação prática, muito próxima da análise de política externa, dos estudos de economia política internacional e da História Militar (Fiori, 2005; Moniz Bandeira, 2017; Guzzini, 2021; Teixeira Fernandes, 2017).

Por fim, a quarta tendência identificada por Correia (2012) é aquela que faz confluír, como no período entre as obras de Haushofer e a atuação política de Kissinger, a geopolítica com a geoestratégia. Nesse sentido, o termo “geopolítica” se vê empregado por diferentes emissores “no campo da polemologia, dos conflitos internos ou internacionais, das crises, ameaças ou confrontos violentos entre grupos identitários no interior dos Estados, entre Estados, ou no âmbito das chamadas novas guerras” (Correia, 2012, p. 239). Trata-se de um emprego do termo a casos em que a violência, ou seu potencial uso, podem estar no cerne da discussão e, portanto, se refere à potencialidade do uso da força para o alcance de objetivos políticos (Saint-Pierre, 2018); é o momento em que “os atores recorrem a meios de coação violenta, o que é matéria específica da geoestratégia” (Correia, 2012, p. 239).

Esta interpretação parece ser aquela que dá ênfase no chamado “retorno da geopolítica” na atualidade, o que envolve o conjunto de conflitos ocorridos mais recentemente que enfatizam, por exemplo, o domínio e/ou o controle territorial por parte de atores estatais ou semi-estatais. Dentre eles, pode-se citar os conflitos no Alto Carabaque (2020-2024), no Norte da Etiópia (desde 2018), no Sudão (desde 2023), na fronteira entre a República Democrática do Congo e Ruanda (desde 2022), na Ucrânia (também desde 2022), em Gaza (desde 2023) e na fronteira entre a Tailândia e o Camboja (2025). Estes conflitos, somados àqueles que ocorrem à distância como aquele entre Israel e Irã por meio de artilharia de longo alcance em 2025, representam um importante momento de revalorização do controle territorial por parte dos Estados de determinadas áreas geográficas, com consequências importantes para a dinâmica da política internacional (Garcez Portugal, 2024; Ricarte, 2024).

Ao mesmo tempo, grandes potências vêm focando sua política externa em táticas de pressão máxima contra outros Estados considerados seus adversários, assim como vêm instituindo excepcionalidades para o alcance de seus objetivos políticos, sobretudo com

relação ao Direito Internacional. Este processo de securitização da política externa traz importantes consequências para a lógica de escalonamento das relações internacionais, pois tende a criar uma lógica de soma de tensões diferentes em um conjunto coeso e muito difícil de ser resolvido a não ser pelo uso da força (Strachan, 2014; Motta, 2018).

A luta contra o terrorismo se tornou um dos principais paradigmas desta lógica, renovando as discussões no entorno do estado de exceção e da atuação violenta dos Estados para constituir determinados corpos políticos coletivos (Agamben, 2004; Mbembe, 2017). Ao longo do primeiro quartel do século XXI, esta luta justificou diferentes tipos de intervenção violenta dos Estados no cenário internacional, flexibilizando noções importantes como soberania, cidadania e direitos humanos em prol da extensão da capacidade de atuação do Estado (inicialmente, do governo federal dos EUA) em escala global (Scahill, 2014; Frankenberg, 2018). Posteriormente, observou-se uma extensão destas capacidades não apenas com relação à política externa e à agenda de segurança e defesa, mas também com relação a uma cada vez mais intensa militarização dos ambientes urbanos e da suspeição como chave interpretativa da política, que se materializa mais recentemente na devastação em Gaza e nas práticas *apartheidistas* do regime Trump (Graham, 2016; Bordin, 2020; Kellner, 2024; Jaramillo Jassir, 2024).

O que estas dinâmicas representam, de certa forma, é o fato de que a impressão de que se presencia um “retorno à geopolítica” não emerge de uma falsa impressão. Ela resulta de uma política internacional cada vez mais tensionada, em que a aplicação de exceção e a extensão de lógicas de segurança em diversos vetores vêm tendo grandes implicações para a cooperação internacional e para a economia global (Souza; Serra, 2020; Martins; Nonnenberg, 2025). Porém, ao enfatizar apenas o caráter da conflitualidade internacional – nos termos de Pezarat Correia (2012), a derivação semântica da geopolítica para a geoestratégia e sua preocupação com os conflitos internacionais – pode não apenas fomentar uma perspectiva militarista das relações internacionais, mas justificar a tomada de medidas de exceção cada vez mais abrangentes.

O que queremos argumentar, aqui, é que a ideia de que estamos num momento de regresso à geopolítica não deriva apenas de um aumento nas tensões entre os países. Na realidade, o que parece estar em voga é um importante momento em que a territorialidade do Estado e as suas ações interna e externamente estão se conjugando de uma maneira específica, e que coloca em xeque alguns pressupostos em que se

construiu a análise com relação à geopolítica como um todo, e na forma como ela é apresentada na educação.

A territorialidade do Estado se refere à capacidade dos agentes estatais de instituir uma nova ordem social que conjuga elementos espaciais e elementos sociais. Ao buscar, em seus elementos de constituição, os instrumentos de construção destas suas capacidades estatais (Stepan, 1985), o Estado atua tanto enquanto articulador de novas lógicas territoriais quanto desarticulador de ordens prévias. Como indica Rogério Haesbaert (2014), ele,

(...) antes de comandar processos de reterritorialização, é o grande agente desterritorializador, viabilizador de uma nova ordem social. Frente a territórios em que a terra era vista ao mesmo tempo como abrigo, recurso e referência simbólica, o Estado funda uma “pseudoterritorialidade” marcada sobretudo pela dominação (ao promover e legitimar a propriedade privada) e pela funcionalidade (ao sobrevalorizar a terra como recurso (p. 130).

A dinâmica conjugada entre a instituição de uma nova ordem territorial e a destruição ou rearticulação das anteriores parece ser o elemento que nos permite observar, na atualidade, um novo momento geopolítico. O gradual tensionamento da política internacional parece ser informado grandemente pela constituição de novas ordens territoriais interna e externamente aos Estados no cenário internacional atualmente, que tornam

(...) importante reconhecer e analisar as mudanças que, ainda que de forma geograficamente muito desigual, vêm afetando os Estados contemporâneos, não tanto no sentido “desterritorializador” alegado por muitos, mas também das reterritorializações aí implicadas (Haesbaert, 2014, p. 136).

Assim, o que argumentamos aqui é que as recentes dinâmicas da política internacional (também em sua dimensão interna) vêm recolocando questões importantes para pensar os territórios na escala global, mas também as dinâmicas que afetam o cotidiano escolar.

Ao explicar os conflitos internacionais atuais em sala, a educadora terá como desafios importantes explicar as mudanças, por exemplo, entre os conflitos civis da década de 2010 e a Guerra da Ucrânia, dando conta da diferença entre guerras civis e a reemergência de expedições militares de punição e submissão, como aquela realizada recentemente pelos EUA na Venezuela (Lobo-Fernandes, 2024). Também deverá dar conta de debater o papel que os recursos territoriais (populacionais, naturais, minerais, econômicos) têm na mudança entre o neoliberalismo que marcou a globalização entre 1980 e 2008 e a atual situação de neomercantilismo que enfrenta o comércio internacional, com o aumento do protecionismo e o perigo à ordem multilateral (Pautasso,

2021). Por fim, ações de exceção como a guerra de devastação em Gaza e a caça aos não-brancos empreendidos pelo regime Trump em seu próprio território colocam quem ensina de frente a questões importantes relativas ao direito da guerra e à universalidade dos direitos humanos (Cox, 2017; Mariano *et al.*, 2019; Larossa Hatje, 2023).

O que propomos aqui é que a análise destes processos em sala de aula pode se beneficiar de instrumentos didáticos que permitam tanto a compreensão das importantes mudanças que vive o atual Sistema Internacional, quanto permitam a apropriação por parte dos educandos das consequências destas práticas para o seu cotidiano. O que propomos a seguir é indicar mecanismos de análise das questões geopolíticas que permitam uma abordagem que utilize instrumentos teórico-metodológicos da ciência geográfica para a compreensão da política internacional, facilitando a sensibilização cidadã dos educandos com relação ao mundo em que habitam.

4. GEOPOLÍTICA E COTIDIANO: INSTRUMENTOS DE ANÁLISE DA CIÊNCIA GEOGRÁFICA PARA A COMPREENSÃO DA POLÍTICA INTERNACIONAL

Como apontado anteriormente, a interpretação no entorno do conceito e do papel da geopolítica na compreensão dos fenômenos internacionais é variada (Correia, 2012). A esta variação semântica, soma-se também o seu grande emprego no discurso público por meio de mídias sociais ou de circulação em massa, como no caso discutido por Toal e Eroglu (2025). Ambos os casos representam desafios para a sua instrumentalização em sala de aula e tendo como objetivo uma formação cidadã através da conscientização. No primeiro caso, a variedade de significados representa uma situação na qual educadores e educandos podem estar falando de coisas diferentes por meio de um mesmo termo; no segundo, há um necessário diálogo com os empregos públicos da expressão por meio de empresas de mídia e, cada vez mais, influenciadores de redes sociais.

Ademais, tratando-se de uma área que depende grandemente de um determinado cânone de autores, referidos como teóricos geopolíticos que representam diferentes interpretações sobre a influência da geografia na política internacional, há uma multiplicidade de conceitos e ideias que necessariamente são integrados de maneira intrincada à discussão da geopolítica (Toal, 2003) – e, poderíamos adicionar, ao seu ensino. Neste sentido, para além dos já citados Friedrich Ratzel e Rudolf Kjellén somam-se nomes como Halford Mackinder, Alfred Mahan, Alexander Seversky e Karl Haushofer entre outros, compondo uma miríade de teorias geralmente contrastadas entre si para o ensino da história do pensamento geopolítico (cf. Penha, 2007).

Dentro da ciência geográfica, a geopolítica está geralmente inserida nas discussões da Geografia Política, subárea que pretende “analisar de que modo o espaço geográfico se apresenta como um produto e um condicionante do poder político” (Azevedo; Nogueira, 2023, p. 23). Para Wanderley Messias da Costa (2013 [1992]), essa necessidade emerge do fato de que “toda sociedade que delimita um espaço de vivência e produção, delimita ao mesmo tempo um espaço político, uma dada projeção territorializada das suas relações econômicas, sociais, culturais e políticas” (p. 29) se tornam a base de um espaço político a ser analisado pela Geografia Política. Já para Iná Elias de Castro (2019 [2005]), o aspecto central da Geografia Política se centra no processo de disputa entre diferentes “questões e conflitos de interesse que surgem das relações sociais” e “se materializam em disputas territoriais”, sendo o eixo de interesse do campo a “relação entre a política – expressão e modo de controle dos conflitos sociais – e o território – base material e simbólica da sociedade” (p. 15-16). Por fim, para José Williams Vesentini (2013), a geopolítica é um ramo de discussão que busca compreender a “correlação de forças no plano espacial, com ênfase na escala mundial” (p. 11).

Este conjunto de definições podem ajudar a guiar a discussão no entorno da geopolítica a partir de uma perspectiva da ciência geográfica. O que elas permitem compreender é o fato de que a geopolítica busca identificar dois elementos relevantes para a compreensão da relação entre a vivência das educandas e dos educadores em sala de aula. Por um lado, trata-se de identificar as diferentes disputas no entorno do governo das condutas de forma a constituir formas de controle da ordem social por meio de intervenções para instituir, potencializar, modificar ou eliminar comportamentos (Levi, 2010; Bonini, 2010; Garelli, 2010). Por outro, trata-se de identificar de que forma estas disputas formam a base de uma lógica de planificação estratégica do funcionamento espacial da sociedade num modo específico que distribua territorialmente as singularidades para o alcance de um estado ótimo de funcionamento do território por meio de intervenções territoriais (Foucault, 2006; Gottmann, 2012 [1975]; Capel, 2014).

Uma aproximação possível a respeito desta dinâmica é aquela apresentada por Antonio Carlos Robert Moraes (2000). Para este autor, o campo da Geografia Política é

(...) originado no diálogo entre a reflexão geográfica, a ciência política e o direito. A espacialidade da vida política – ou os processos políticos da relação entre sociedade e espaço – está aqui no centro das atenções de uma perspectiva que busca explicar a relação entre o espaço e o poder. Assim, são as formas de domínio dos lugares que vão constituir um objeto privilegiado de análise, emergindo as formas estatais como de singular transcendência neste contexto (Moraes, 2000, p. 42).

O diálogo transdisciplinar, portanto, aparece como um elemento comum à compreensão dos fenômenos internacionais a partir da ciência geográfica. A própria complexidade da dinâmica das relações internacionais demonstra a necessidade de realizar este diálogo: o retorno das tensões e da violência sectária à Irlanda do Norte após 2016, por exemplo, tem relação direta com fatores econômicos, políticos e culturais num cenário pós-*Brexit* (Murphy; McDowell, 2025). Da mesma forma, a atuação da *Immigration and Customs Enforcement* (ICE) nos Estados Unidos do regime Trump vem recolocando a dimensão espacial da cidadania e do uso da violência contra indivíduos dentro do próprio território nacional do país, numa multiplicidade de atuações violentas por parte de agentes federais em estados e cidades opositoras ao governo federal estadunidense (Burkhardt, 2024). Estas experiências internacionais permitem compreender, portanto, que

Por isso, o tema da relação entre o Estado e o território merece uma especial atenção dos autores dedicados aos estudos de geografia política. A questão da definição dos âmbitos espaciais de exercício da dominação estatal emerge entre as centrais a serem examinadas, assim como a do comportamento territorial das diferentes unidades políticas consideradas (Moraes, 2000, p. 42).

Parece ser por meio destes dois conjuntos de eixos apresentados por Moraes (2000) que o ensino de geopolítica pode se desenvolver em busca de uma educação que traga consciência cidadã e apresente as consequências das dinâmicas internacionais para o cotidiano de educadoras e educandas.

Por um lado, o estudo das “formas de domínio dos lugares” permite conjugar as intencionalidades dos atores envolvidos, identificando não apenas os agentes sociais que promovem ou influenciam determinadas práticas de territorialização, mas também as disputas no entorno da materialização destes projetos. Por outro, a definição dos “âmbitos espaciais da dominação estatal” e o “comportamento territorial das diferentes unidades políticas consideradas” permite escapar ao determinismo territorial dos Estados denunciado por Costa (2012 [1993]), assim como compreender o Estado enquanto uma entidade territorial continuamente em construção, captando a dimensão espacial da política em diferentes escalas.

Assim, o que propomos aqui é uma interpretação da geopolítica que faça um breve retorno ao conceito mais forte dentro da constelação de conceitos possíveis para a interpretação dos fenômenos internacionais a partir da ciência geográfica (Haesbaert, 2014). A geopolítica pode ser considerada, então, enquanto uma prática governativa dos territórios que estipula um projeto de ordem social fundamentado em diferentes eixos da relação entre espaço e poder que a análise a respeito dos territórios permite

compreender. Da mesma forma, observa na administração, instituição e/ou destruição de ordens territoriais os instrumentos mobilizados por agentes políticos para a construção de capacidades de poder, determinando a dinâmica de sociedades ao redor do mundo.

Esta definição é fundamentada nas diferentes formas de compreensão do papel do território, conceito fundamental da análise geográfica da realidade. Neste sentido, as diferentes abordagens do território parecem ser formas interessantes fontes de inspiração e sistematização da discussão e do ensino da geografia política e da geopolítica. Esta estratégia permite identificar quais são os componentes do sistema interpretativo que centra no território como conceito as interpretações sobre os fenômenos internacionais para compreender a relação entre as relações de poder e o espaço geográfico (Fourez, 1995; Sposito, 2004).

Fazer uma breve revisão a respeito deste conceito, portanto, ajuda a construir os instrumentos analíticos da geopolítica em sala de aula da maneira como propomos aqui. Longe de fazer uma revisão aprofundada, feita com o tempo e o esforço necessário por outros pesquisadores, pretendemos apresentar aqui algumas interpretações possíveis a respeito do conceito de território e sua importância para o debate aqui proposto. Pode-se começar com uma obra de referência, na qual Marcelo José Lopes de Souza (2012 [1995]) aponta que

O território (...) é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. A questão primordial, aqui, não é, na realidade, quais são as características geoecológicas e os recursos naturais de uma certa área, o que se produz ou quem produz em um dado espaço, ou ainda quais as ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço. Estes aspectos podem ser de crucial importância para a compreensão da gênese de um território ou do interesse por tomá-lo ou mantê-lo (...), mas, na verdade, o verdadeiro Leitmotiv é o seguinte: quem domina ou influencia e como domina e influencia esse espaço? (Souza, 2012 [1995], p. 78-79)

A definição de Souza (2012 [1995]) aponta para um elemento importante: a componente social das relações de poder. Aspectos específicos da materialidade do espaço geográfico são componentes importantes, mas a questão das relações sociais faz derivar, inclusive, uma questão subsequente e relevante, “uma vez que o território é essencialmente um instrumento de exercício de poder: quem domina ou influencia quem nesse espaço, e como?” (Souza, 2012 [1995], p. 79).

O acento sobre as relações sociais também é um elemento relevante para a compreensão do território para Claude Raffestin (2015 [2005]), para quem

Espaço e território não são termos equivalentes e nem sinônimos. (...) É fundamental entender como o espaço está em posição que antecede o território, porque este é gerado a partir do espaço, constituindo o resultado de uma ação conduzida por um ator que realiza um programa em qualquer nível. Apropriando-

se concretamente ou abstratamente (por exemplo, através da representação) de um espaço, o ator o “territorializa”. Para construir um território, o ator projeta no espaço um trabalho, isto é, energia e informação, adaptando as condições dadas às necessidades de uma comunidade ou de uma sociedade (Raffestin, 2015 [2005], p. 22).

A ênfase dada por Raffestin (2015 [2005]), ainda que mantendo o foco nas relações sociais, reside numa determinada funcionalidade do território para os atores sociais envolvidos. Neste sentido, para ele, é a importância do espaço para os atores que passa a constituir territórios e territorialidades por meio da ação humana. Esta perspectiva se diferencia, por sua vez, daquela de Jean Gottmann (1973), para quem o

Território é uma porção do espaço geográfico que coincide com a extensão espacial da jurisdição de um governo. Ele é o recipiente físico e o suporte do corpo político organizado sob uma estrutura de governo. Descreve a arena espacial do sistema político desenvolvido em um Estado nacional ou uma parte deste que é dotada de uma certa autonomia. Ele também serve para descrever as posições no espaço das várias unidades participantes de qualquer sistema de relações internacionais. (Gottmann, 2012 [1975]), p. 523)

Por fim, uma visão holística (e, poderia se dizer, dinâmica) do território é apresentada por Rogério Haesbaert (2023), para quem o conceito

(...) pode ser definido como o espaço construído/construtor de relações de poder, tanto no sentido mais estritamente social (político-econômico e simbólico-afetivo) quanto no sentido da interação indissociável com as chamadas forças da natureza. Nem apenas um espaço material e simbólico socialmente dominado e/ou apropriado, nem apenas um espaço moldado na imbricação com a natureza, o território seria, sobretudo, um espaço político revelador de limites – tanto de limites como fronts/fronteiras das lutas por des-ordenamento da complexa e desigual sociedade dos humanos quanto dos limites impostos a todo o conjunto da vida terrestre, cuja existência, profundamente articulada, está em risco. (Haesbaert da Costa, 2023, p. 6)

Assim como para as diferentes teorias geopolíticas, é possível considerar que cada uma destas definições implica derivações teóricas e metodológicas diferentes. A tônica comum, que pode perpassar as discussões sobre a geopolítica em sala de aula, é o território enquanto um conceito que é o resultado da coligação entre espaço e poder. Porém, a própria formulação lógica dessa conceituação é relevante para compreender o impacto das diferentes visões sobre o território, e seu impacto para a compreensão da geopolítica e seu ensino em sala de aula.

No caso da definição de Souza (2012 [1995]), a preocupação analítica central reside na preocupação em desvendar os atores envolvidos na construção do território (“quem domina ou influencia e como domina e influencia esse espaço? (...) quem domina ou influencia quem nesse espaço, e como?”). Por sua vez, para Claude Raffestin (2015 [2005]), a preocupação encontra-se no projeto que guia a ação dos atores que produzem o território, enfatizando interesses e uma comparação entre o pretendido e o realizado. Já

a definição de Gottmann dá uma ênfase central nas práticas de governo, seu funcionamento administrativo e as articulações que elas permitem com o interior e o exterior das unidades políticas. Por fim, a definição de Haesbaert (2023) aponta a questão dos limites do poder – e, portanto, na necessidade de sempre constituir-se novamente as relações de poder que não são perenes no tempo caso não sejam recorrentemente reinstituídas – e a questão da ordem territorial, social e da vida.

Estas definições permitem compreender o poder a partir de uma perspectiva geográfica o que, para Horácio Capel (2014) significa debater os efeitos da relação de poder num sentido de substantivo e num sentido de verbo. Esta proposta parece ser bem elucidativa ao comparar duas possibilidades distintas. Analisar o poder-substantivo significa buscar compreender as relações de poder como já estão constituídas, buscando fazer algo como uma “anatomia” de como elas funcionam. Já observar o poder-verbo é enfatizar de que forma estas relações de poder permitem ou impedem ações, ou seja, a forma como de certa maneira o território se torna um sustentáculo ou um obstáculo para o alcance de objetivos dos envolvidos (Capel, 2014).

Desta forma, e ao fim deste percurso teórico-metodológico, emergem alguns elementos que podem facilitar a compreensão a respeito do conceito de território e, por este motivo, a articulação do ensino de geopolítica. Em primeiro lugar encontra-se a ligação entre território e espaço geográfico: há uma ligação fundamental entre o uso do espaço geográfico e a efetivação das relações de poder em diferentes instâncias, envolvendo a escala global e a das relações internacionais.

Em segundo lugar, deve-se levar em conta as implicações da forma como se compreende as relações de poder para as consequências do pensamento do território. Ao optar pela perspectiva do poder-substantivo, o foco recairá numa “fotografia do presente” ou numa “anatomia do poder” (inclusive como o fazem as já referenciadas propostas pós-estruturalistas da geopolítica crítica baseadas na busca pelo desvelamento da “microfísica do poder” a partir de Foucault (2019 [1979])). Porém, caso a opção seja pela perspectiva do poder-verbo, a ênfase da discussão recairá nas potencialidades e limitações impostas pela organização presente ou pretendida do território para os agentes sociais considerados, o que inclui também o Estado.

Por fim, a última distinção que pode ser feita de acordo com a forma como se constrói uma análise do território é aquela que divide as pesquisas focadas na materialidade do território e aquelas que se centram nas características, no papel e nas intencionalidades dos agentes envolvidos nas relações de poder. A primeira aborda

sobretudo a importância das características geoecológicas da superfície terrestre para o empreendimento das relações de poder (Souza, 2012 [1995]). Já a segunda busca fazer uma genealogia das interações dos agentes, compreender suas capacidades e analisar as assimetrias de poder.

Cada uma destas opções faz recortes importantes: muito da teoria do campo acadêmico das Relações Internacionais enfatiza apenas os atores envolvidos, incluindo suas intencionalidades e capacidades de atingir objetivos estratégicos no cenário internacional. Porém, como demonstra John Agnew (1994; 2006), ao fazer isso esse conjunto teórico “congela” os territórios para poder analisar apenas os atores, o que prejudica a compreensão da geopolítica em sua relação com o espaço geográfico. Ainda assim, uma análise que se foque apenas na materialidade espacial e desconsidere os agentes envolvidos de maneira total corre o risco de desconsiderar a dinâmica constante das relações de poder, tornando-se determinista (Toal, 2003).

É por este motivo que apresentamos, aqui, enquanto resultado desta discussão, um instrumento teórico-metodológico que permita compreender todas estas questões no ensino de geopolítica que busca a conscientização e a formação cidadã. Trata-se de uma proposta analítica que leva em conta esse conjunto de questões enquanto diferentes quadrantes de um contínuo interpretativo que pode ser representado num gráfico XYZ tridimensional.

Num dos eixos de análise, que aqui apresentamos de maneira arbitrária enquanto um eixo horizontal, encontra-se o contínuo entre o poder-verbo e o poder-substantivo, considerados por Capel (2014). Neste eixo, é possível construir, com as educandas, a simultaneidade constitutiva das relações de poder macro- e microfísicas (o poder-substantivo e o poder-verbo, respectivamente), que não se anulam e têm uma relação de codependência (Foucault, 2023). Este é um eixo que permitirá, inclusive, realizar diferentes discussões e debates a respeito das intersecções entre as relações de poder que têm um caráter estrutural e aquelas que ocorrem no dia a dia, envolvendo as diferentes conjunções que compõem a realidade da geopolítica.

Um outro contínuo, que aqui representamos num eixo também horizontal, é aquele em que se encontram, nos extremos, as análises centradas apenas na materialidade do espaço geográfico enquanto preocupação primordial das relações geopolíticas, e aquelas que têm como foco o papel dos agentes socioespaciais envolvidos. Neste contínuo, o que se busca representar é a possibilidade de enfatizar, no ensino da geopolítica, que não apenas a materialidade é um elemento relevante, mas também o que pretendem os

atores socioespaciais considerados com esta materialidade. Trata-se de um eixo que permite debater, por exemplo, como se constrói a valorização política, econômica, jurídica e cultural do espaço por parte destes mesmos agentes, assim como a dependência que estes têm da materialidade do espaço geográfico para sua constituição e o alcance de seus objetivos.

Por fim, num terceiro eixo que aqui colocamos de forma vertical, mas que não por isso se torna mais relevante que os outros dois, diz também respeito a esta dinâmica de valorização. Porém, busca compreender quais são as ênfases que se busca dar na análise e no ensino da geopolítica: num dos extremos encontram-se as representações do território e do espaço geográfico, dentre as quais encontram-se muitos dos esforços de propaganda e de construção de cosmovisões que favoreçam iniciativas domésticas e internacionais dos Estados (Dodds, 2003). No outro extremo, encontram-se os elementos geofísicos que constituem o sítio, a localidade, o lugar, a região, a área, o território, enfim, o recorte geográfico que se encontra sob análise. Nas discussões recentes, por exemplo, a questão das terras raras tende a dar ênfase nestas características, que remonta à própria ideia de recurso natural ou social advindo do espaço geográfico (Moraes, 2000; Reis Melo, 2017).

A Figura 1, em seguida, sistematiza este conjunto de coordenadas em sistema de três dimensões que se apresenta aqui enquanto um instrumento possível no ensino da geopolítica.

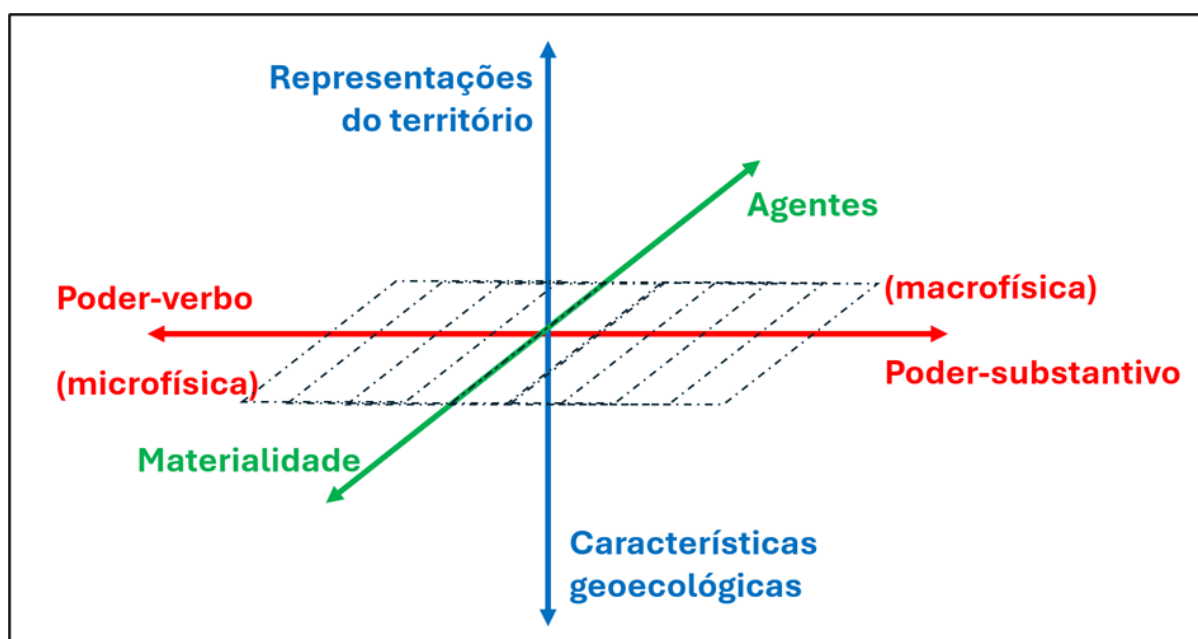


Figura 1 - Instrumento interpretativo das relações de poder nos territórios e da geopolítica para uma formação cidadã e para a conscientização.

Fonte: Os autores (2025).

Este esquema interpretativo parece permitir a discussão no entorno da geopolítica cumprindo alguns requisitos essenciais: aborda as características dos territórios, das mais materiais às mais simbólicas; auxilia ainda a compreender as diferentes dimensões das articulações feitas por atores estatais e não-estatais que intervêm simbólica e materialmente nos territórios, reestruturando-os continuamente; e que se institui por projetos interseccionais de singularidades que ao mesmo tempo conjugam os territórios domésticos com as dinâmicas internacionais.

Também ajuda a compreender de que forma a geopolítica envolve discursos e práticas de poder relativas ao espaço geográfico que se centram na sua organização e rearticulação. Por um lado, explicita a ligação entre os discursos sobre o espaço e o poder com a realidade local vivenciada pelos educandos por meio do delineamento da situação estratégica e das opções abertas aos países onde vivem (Costa, 2012 [1992]; 2018). Por outro, deixa vislumbrar o complexo sistema de relações que são necessárias para instituir malhas de poder em diferentes escalas, assim como a luta contra forças centrífugas ao projeto de poder em questão, incluindo dentro da sociedade submetida à autoridade política em questão (Raffestin, 1993 [1980]). Por fim, também conjuga a este conjunto de elementos compreender o uso estratégico das características e elementos do espaço geográfico para a consecução de objetivos políticos de gerenciamento das relações de poder (Lacoste, 2012 [1976]; 2022).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer das reflexões discutidas no decorrer deste artigo, é notável a importância da conscientização no ensino de geopolítica. Diferentes perspectivas teóricas envolvem sentidos de práxis plurais na escola, o que promove a criticidade, a autonomia e a compreensão da multiplicidade de atores, processos e ações envolvidos. Muito além do perigoso reducionismo, um ensino de geopolítica comprometido com um projeto de formação cidadã permite aos estudantes a assumir a ação autônoma, uma posição epistemologicamente ativa perante a realidade.

Partindo do “retorno da geopolítica” ao debate público, que articula a territorialidade do Estado e as diferentes estratégias de poder em múltiplas escalas, o ensino de Geografia e conseqüentemente, da geopolítica, tem papel fundamental de estar imersa e compreender a complexidade desta realidade, com o propósito de promover a formação de cidadãos críticos, autônomos e sensíveis às dinâmicas que moldam o cotidiano e o espaço global.

A proposta discutida no decorrer do artigo girou em torno do conceito de território, de sua evolução e das distintas perspectivas atreladas a ele. A partir dela é possível articular a materialidade do espaço geográfico com as intencionalidades inerentes à sua constituição, com dinâmicas e possibilidades de ação. Neste sentido, a construção de um instrumento didático tridimensional organiza e operacionaliza uma visão mais integradora da prática pedagógica. Por meio dela, os estudantes têm a possibilidade de analisar fenômenos geopolíticos complexos, compreendendo as dimensões que os constituem, num exercício de construção de um pensamento geopolítico que valoriza a cidadania transescalar.

A práxis trazida no decorrer deste artigo assume a conscientização, numa perspectiva freireana, como seu orientador e objetivo. Concebido por ela, o ensino de geopolítica promove o diálogo, a problematização, a denúncia de estruturas desumanizadoras e reducionistas e a construção coletiva de possibilidades de ação e transformação sociais.

Por fim, a discussão presente neste artigo não é um fim em si mesma. A proposta apresentada neste trabalho tem como objetivo incentivar a multiplicação de concepções e ações pedagógicas que estejam voltadas para a ampliação do diálogo, da leitura de mundo e da construção de conhecimentos plurais no ensino de geopolítica. Compreendendo que os sujeitos, conscientes de sua inconclusão, possuem a vocação do *ser mais*, buscamos incentivar caminhos e discussões que promovam a intervenção crítica na realidade, em direção a uma sociedade mais justa, democrática e cidadã.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

AGNEW, J. Entre la Geografía y las Relaciones Internacionales. **Tabula Rasa**, n. 5, p. 85–98, 2006.

AGNEW, J. The territorial trap: The geographical assumptions of International Relations Theory. **Review of International Political Economy**, v. 1, n. 1, p. 53–80, 1994.

AZEVEDO, D. A.; NOGUEIRA, R. Introdução. In: AZEVEDO, D. A.; NOGUEIRA, R. (Orgs.). **Geografia Política: Base conceitual e diversidade temática**. Rio de Janeiro: Terra Escrita, 2023. p. 13–34.

BECKER, B. K. A Geografia e o resgate da Geopolítica. **Espaço Aberto**, v. 2, n. 1, p. 117–150, 1988 2012.

BLANK, S.; KIM, Y. Russia and Latin America: The New Frontier for Geopolitics, Arms Sales and Energy. **Problems of Post-Communism**, v. 62, n. 3, p. 159–173, 2015.

BONINI, R. Dominato. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (Orgs.). **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010. v. 1. p. 379–381.

BORDIN, M. **A guerra é a regra**: Hipermilitarização da segurança pública, da vida e do cotidiano. Doutorado (doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

BRAUN, J. Como foi deposição de Maduro: a linha do tempo do ataque de Trump à Venezuela. **BBC News Brasil**, 2026.

BURKHARDT, B. C. From Private Prisons to Private Detention: Visualizing the Business of Immigration Enforcement. **Socius**, v. 10, p. 23780231241277106, 2024.

BUTLER, J. **Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CALLAI, H. C. Aprendendo a ler o mundo: a geografia nos anos iniciais do ensino fundamental. **Cadernos Cedes**, v. 25, p. 227-247, 2005.

CAPEL, H. El poder: Una perspectiva geográfica. **BIBLIO 3W - Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**, v. 19, n. 1100, p. 1–33, 2014.

CASTRO, I. E. **Geografia e Política**: Território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019 [2005].

CORREIA, P. P. Geopolítica e geoestratégia. **Nação e Defesa**, 5. n. 131, p. 229–246, 2012.

COSTA, W. M. **Geografia Política e Geopolítica**: Discursos sobre o território e o poder. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013 [1992].

COSTA, W. M. Geopolítica. In: SAINT-PIERRE, H.; VITELLI, M. (Orgs.). **Dicionário de Segurança e Defesa**. São Paulo: Editora Unesp, 2018. p. 423–439.

COX, M. The rise of populism and the crisis of globalisation: Brexit, Trump and Beyond. **Irish Studies in International Affairs**, v. 28, p. 9–17, 2017.

DODDS, K. Cold War geopolitics. In: AGNEW, J.; MITCHELL, K.; Ó THUATAIL, G. (Orgs.). **A companion to Political Geography**. Padstow, Reino Unido: Blackwell Publishing, 2003. p. 204–218.

ERMEL, A. P. C.; LACERDA, D. P.; MORANDI, M. I. W. M.; GAUSS, L. **Literature reviews**: Modern methods for investigating scientific and technological knowledge. [S.l.]: Springer Cham, 2021.

FIORI, J. L. Sobre o poder global. **Novos estudos CEBRAP**, 2005.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019 [1979].

FOUCAULT, M. **O poder psiquiátrico**: Curso dado no Collège de France (1973-1974). São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FOUCAULT, M. **Segurança, território, população**: Curso dado no Collège de France (1977-1978). 2. ed. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2023.

FOUREZ, G. **A construção das ciências: Introdução à filosofia e à ética da ciência**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

FRANKENBERG, G. **Técnicas de Estado**: Perspectivas sobre o Estado de direito e o estado de exceção. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

FREIRE, P. **À sombra desta mangueira**. Editora Paz e Terra, 2015.

FREIRE, P. **Ação cultural**: Para a liberdade e outros escritos. Editora Paz e terra, 2014.

FREIRE, P. **Conscientização**. Cortez Editora, 2018.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREIRE, P. **Política e educação**. Editora Paz e Terra, 2019.

GARCEZ PORTUGAL, Nathana. O fator Nagorno-Karabakh: O reavivamento do conflito na região caucasiana em 2020 e seu impacto para as relações entre a Armênia e o Azerbaijão. **Cadernos do Cáucaso - Revista do Laboratório de Estudos dos Países do Cáucaso**, v. 5, n. 8, p. 41–61, dez. 2024.

GARELLI, F. Controle social. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (Orgs.). **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010. v. 1. p. 283–285.

GIELOW, I. Mundo tem um dos anos mais violentos desde a Segunda Guerra Mundial. **Folha de S. Paulo**, p. s/p, 26 dez. 2023.

GOTTMANN, J. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 2, n. 3, p. 523–545, 2012 [1975].

GOTTMANN, J. **The significance of territory**. Charlottesville: The Univesity of Virginia Press, 1973.

GRAHAM, S. **Cidades sitiadas**: O novo urbanismo militar. São Paulo: Boitempo, 2016.

GUZZINI, St (org.). **O retorno da geopolítica na Europa?** Mecanismos sociais e crises de identidade de política externa. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

HAESBAERT DA COSTA, R. Território. **GEOgraphia**, v. 25, n. 55, 18 2023.

HAESBAERT DA COSTA, R. **Viver no limite**: Território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HAUSHOFER, K. E. Los fundamentos geográficos de la política exterior. **Geopolítica(s)**, v. 3, n. 2, p. 329–336, 2012.

HOLDAR, S. The ideal state and the power of geography the life-work of Rudolf Kjellén. **Political Geography**, v. 11, n. 3, p. 307–323, 1992.

JARAMILLO JASSIR, M. Multilateralidad en América Latina y el Caribe y el genocidio en Gaza. **Foro Internacional**, v. 54, n. 2 (256), p. 627–635, 2024.

KELLNER, D. Power, Autocracy, and the Crisis of Democracy in Donald Trump. In: AKANDE, Adebawale (Org.). **Power, Politics and Influence: Exercising Followership, Leadership, and Practicing Politics**. Cham: Springer Nature Switzerland, 2024. p. 383–409.

LACOSTE, Y. **A Geografia: isto serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Campinas: Papirus, 2012 [1976].

LACOSTE, Y. Fidel Castro e a Sierra Maestra. Um teatro de operações escolhido intencionalmente? **Geografares**, n. 35, p. 1–19, 2022.

LARROSA HATJE, V. A. A Geopolítica dos Acordos de Paz de Israel (2020) e o Novo Rumo Americano. **Revista Perspectiva: reflexões sobre a temática internacional**, v. 15, n. 29, 2023.

LEVI, L. Governo. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (Orgs.). **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010. v. 1. p. 553–555.

LOBO-FERNANDES, L. F. Pensar a integração europeia no contexto da agressão russa à Ucrânia: algumas proposições. **Revista de Estudios Europeos**, n. 83, p. 452-469, 2024.

LUNDÉN, T. The geopolitics of territorial relativity. Poland seen by Rudolf Kjellén. **Miscellanea Geographica**, v. 26, n. 3, p. 149–153, 2022.

MARCHESE, G. Del cuerpo en el territorio al cuerpo-territorio: Elementos para una genealogía feminista latinoamericana de la crítica a la violencia. **Entre Diversidades: Revista de Ciencias Sociales y Humanidades**, v. 6, n. 2, p. 9–41, 2019.

MARIANO, K. L. P.; MATTOS, A. R.; SUGAHARA, D. R. Do NAFTA ao USMCA: Trump e os interesses nacionais. **Perspectivas**, v. 54, p. 235–260, dez. 2019.

MARTINS, M. M. V.; NONNENBERG, M. J. B. **Goeconomia e protecionismo: novas configurações do comércio internacional** (Publicação Expressa). IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 2025.

MBEMBE, A. **Políticas da inimizade**. 1. ed. ed. Lisboa: Antígona, 2017.

MCEWEN, N. Irreconcilable sovereignties? Brexit and Scottish self-government. **Territory, Politics, Governance**, v. 10, n. 5, p. 733–749, 3 set. 2022.

MINGST, K. A.; ARREGUÍN-TOFT, I. M. **Princípios de Relações Internacionais**. 6. ed. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

MONIZ BANDEIRA, L. A. **A desordem mundial: O espectro da total dominação: Guerras por procuração, terror, caos e catástrofes humanitárias**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

MORAES, A. C. R. **Capitalismo, geografia e meio ambiente**. Tese (Livre Docência) - São Paulo: Universidade Estadual de São Paulo, 2000.

MORGADO, M. **Guerra, império e democracia: a ascensão da geopolítica europeia**. Lisboa: Dom Quixote, 2023.

MOTTA, B. V. C. Securitização. In: SAINT-PIERRE, H.; VITELLI, M. (Orgs.). **Dicionário de Segurança e Defesa**. São Paulo: Editora Unesp, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2018. p. 859–866.

MURPHY, J.; MCDOWELL, S. Dilemmas, limitations and challenges of place leadership: instability and transitional dynamics in post-Brexit Northern Ireland. **Regional Studies**, v. 59, n. 1, p. 2490024, 2025.

PAUTASSO, D.; NOGARA, T. S.; UNGARETTI, C. R.; RABELO, A. P. As três dimensões da guerra comercial entre China e EUA. **Carta Internacional**, v. 16, n. 2, p. e1122, 2021.

PECEQUILO, C. S.; LUQUE, A. A. Estados Unidos e Rússia: Convergência e divergência geopolítica (1989-2016). **Meridiano 47 - Journal of Global Studies**, v. 17, n. e17017, p. 1–17, 2016.

PECEQUILO, C. Os Estados Unidos de H. Bush a Donald J. Trump (1989/2017): Dinâmicas Políticas de Consenso e Polarização. **Revista Esboços**, v. 24, n. 38, p. 339–359, 2017.

PENHA, E. A. Geopolítica das Relações Internacionais. In: LESSA, M. L.; GONÇALVES, W. S. (Orgs.). **História das Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007. p. 133–162.

RAFFESTIN, C. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.). **Territórios e territorialidades: Teorias, processos e conflitos**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

REGO, N.; SUERTEGARAY, D. M.; HEIDRICH, A. L. **Geografia e educação: geração de ambiências**. Editora da Universidade, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

REIS MELO, F. A geopolítica das terras raras. **Carta Internacional**, v. 12, n. 2, p. 219–243, 2017.

RICARTE, J. Regresso da guerra no Médio Oriente? Conflito prolongado, (des)ordem global e insegurança ontológica na era da polarização. **Revista R: I Relações Internacionais**, n. 84, p. 107–129, dez. 2024.

SACRAMENTO, A. C. R. Didática e Educação Geográfica: algumas notas. **Unipluriversidad**, v. 10, n. 3, p. 81-89, 2010.

SCAHILL, J. **Guerras sujas**: O mundo é um campo de batalha. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

SEXTON, K. Trump “actively” mulling Greenland purchase — White House. **DW.com**, 7 jan. 2026.

SMITH, M. The European Union and the Global Arena: In search for post-Brexit roles. **Politics and Governance**, v. 7, n. 3, p. 83–92, 2019.

SOUZA, L. A. F.; SERRA, Carlos Henrique Aguiar. Quando o Estado de exceção se torna permanente: reflexões sobre a militarização da segurança pública no Brasil. **Tempo Social**, v. 32, 2020.

SOUZA, M. J. L. O território: Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In*: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: Conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 77–116.

SPOSITO, E. S. **Geografia e filosofia: Contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Ed. Unesp, 2004.

STEPAN, A. State power and the strength of civil society in the Southern Cone of Latin America. *In*: EVANS, P. B.; RUESCHEMEYER, D.; SKOCPOL, T. (Orgs.). **Bringing the State back in**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1985. p. 317–343.

SUESS, Rodrigo Capelle; LEITE, Cristina Maria Costa. Paulo Freire e humanismo em educação: contribuições a partir de uma perspectiva geográfica. **GEOSABERES: Revista de Estudos Geoeducacionais**, v. 8, n. 16, p. 94-105, 2017.

TEIXEIRA FERNANDES, J. P. **O regresso da geopolítica - Europa, Médio Oriente e Islão**. Lisboa: Almedina, 2017.

TEIXEIRA, V.; SILVA, M. Geografia política e geopolítica no Brasil: uma análise da percepção dos alunos do ensino médio nas aulas de Geografia. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 5, n. 1, p. 133–155, 30 jun. 2015.

TOAL, G. Thinking critically about geopolitics. *In*: TOAL, G.; DALBY, S.; ROUTLEDGE, P. (Orgs.). **The geopolitics reader**. Londres, Reino Unido e Nova York, Estados Unidos: Routledge, 2003. p. 1–12.

TOAL, G.; EROGLU, D. I. The Many Semantic Lives of Geopolitics: Evidence from the New York Times Archive 1900-2023. **Geopolitics**, v. 30, n. 3, p. 1173–1197, 2025.

VAÏSSE, M. **As relações internacionais desde 1945**. Edição revista e atualizada ed. Lisboa: Edições 70, 2020.

VESENTINI, J. W. **Novas geopolíticas**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

WALSH, C. Geopolíticas del conocimiento, interculturalidad y descolonialización. **Boletín ICCI Ary-Rimay**, mar. 2004.

ZARAGOCIN, S. La geopolítica del útero: Hacia una geopolítica feminista decolonial en espacios de muerte lenta. *In*: CRUZ HERNÁNDEZ, Delmy Tania; BAYÓN JIMÉNEZ, Manuel (Orgs.). **Cuerpos, Territorios y Feminismos: Compilación latino-americana de teorías, metodologías y prácticas políticas**. Quito-Ecuador: Ediciones Abya-Yala, Libertad bajo palabra y Bajo Tierra Ediciones, 2020.

Recebido: 17/06/2026

Aceito: 20/08/2026